Folha de S. Paulo

9/5/1985

Pazzianotto é acusado de pedir verbas aos usineiros

Reportagem Local, da Sucursal e do correspondente

O deputado Marcelino Romano Machado (PDS), 44, acusou ontem o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto de ter pedido dinheiro aos usineiros da região de Ribeirão Preto para o fundo de solidariedade dos bóias-frias que estavam em greve em janeiro último. O deputado também confirmou as denúncias de que os recursos para pagar o trabalho da Polícia Militar durante a greve foram financiados pelos usineiros locais.

Segundo ele, "as usinas de Ribeirão Preto, por intermédio de sua firma de representação — Imagem, Relações Públicas e Publicidade — Cr\$ 21.985,00 — que foi para a PM. Naquela época, o então secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, atual ministro do Trabalho, também procurou os usineiros, pediu uma verba das usinas para o fundo de solidariedade, alegando que com aqueles movimentos, com aqueles tumultos, muitos trabalhadores não conseguiam trabalhar, muitas famílias estavam passando necessidades. Os usineiros também colaboraram com o fundo de solidariedade, sendo entregue a Pazzianotto a importância de Cr\$ 32 milhões."

Pazzianotto se defende

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmou ontem em Brasília que não solicitou dinheiro aos usineiros para o fundo de greve.

"O que houve — explicou Pazzianotto — foi que, após a eclosão da greve, o então presidente do Sindicato Rural de Guariba, José Laurentino, propôs aos trabalhadores as criação de auxílio aos desempregados, recuando logo depois. Isto provocou inquietação entre os cortadores de cana. Fui acionado para tentar contornar o problema na condição de secretário do Trabalho de São Paulo e cobrei dos usineiros a promessa feita aos trabalhadores. No entanto, verifiquei no município de Guariba a existência de uma lei municipal instituindo um fundo de assistência que estava aberto a doações. Os usineiros de Ribeirão Preto se cotizaram e ofereceram Cr\$ 32 milhões".

IPM instaurado

O comando da Polícia Militar decidiu ontem instaurar um IPM — Inquérito Policial Militar — para apurar as circunstâncias e que a PM recebeu o dinheiro dos usineiros. Essa informação foi dada à imprensa pelo secretário da Segurança Pública, Michel Temer.

"Recebi — disse Temer — uma cópia xerográfica da carta dirigida pelo comandante da CPAI-3 (Comando de Policiamento de Área do Interior-3) ao diretor da firma Imagem Relações Públicas e Publicidade, contendo aquela relação de gastos e que, depois, foi lida na Assembléia Legislativa pelo deputado Valdir Trigo (PMDB). Houve uma investigação sigilosa e apurou-se que os fatos são verdadeiros. Daí a instauração do Inquérito Policial Militar".

(Primeiro Caderno — Página 10)